Revista Andina de Estudios Políticos

REVISTA ANDINA DE ESTUDIOS POLÍTICOS

ISSN: 2221-4135 (Online)

URL: http://iepa.org.pe

DA SILVA, Rafael. (2013). Alienação Eleitoral: um estudo comparado das bases sociais e atitudinais. *Revista Andina de Estudios Políticos*. Vol. III, N° 1, pp. 109-133.

Artículo Publicado por: Instituto de Estudios Políticos Andinos (IEPA)

Todos los derechos reservados

El presente producto está licenciado por Creative Commons. Instituto de Estudios Políticos Andinos se reserva el derecho de publicación de los artículos. Cada uno de los artículos es publicado con los permisos correspondientes de los autores. La Revista de Estudios Políticos Andinos es una plataforma OJS que garantiza la distribución del presente artículo de manera libre y gratuita.

ALIENAÇÃO ELEITORAL: UM ESTUDO COMPARADO DAS BASES SOCIAIS E ATITUDINAIS

ELECTORAL ALIENATION: A COMPARATIVE STUDY OF THE SOCIAL AND THE ATTITUDINAL BASES

DA SILVA, Rafael
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO:

O fenômeno da alienação eleitoral tem ocupado um lugar secundário nos estudos sobre comportamento eleitoral. Muitas vezes, quando emerge, vem como parte integrante de uma agenda de pesquisa mais abrangente. Desta forma, este artigo, procura resgatar as contribuições dos principais estudos desenvolvidos até o momento para a realidade brasileira e aplicá-los na análise do fenômeno nas eleições presidenciais de 2002. Os resultados apontaram uma complexidade no que tange as causalidades do fenômeno, em certa medida, as análises estatísticas utilizadas corroboraram algumas das principais explicações correntes, mesmo que estas divirjam em alguns pontos.

Palavras Chaves: Voto branco. Voto nulo. Abstenções. Eleições presidenciais de 2002.

.

ABSTRACT:

The phenomenon of electoral alienation has occupied a secondary role in the studies of electoral behavior. Very often, when electoral alienation emerges, it comes as part of a broader research agenda. Therefore, this article aimed to review the contribution of previous studies about this thematic in Brazilian and compared their results to analyze this phenomenon in the 2002 presidential elections. Our results showed a complexity in terms of the causalities of the phenomenon to some extent, the statistical analysis corroborated some of the main explanations – however they differed on some points.

Key-words: White vote. Null vote. Abstentions. 2002 presidential elections

Rafael da Silva: Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde atualmente cursa o doutorado. Professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional de Ivaiporã – PR. Atualmente trabalha com eleições, sendo a Alienação Eleitoral (Votos Brancos, Votos Nulos e Abstenções) o tema de sua tese de doutoramento.
Contacto: eu_fael@yahoo.com.br

ALIENAÇÃO ELEITORAL: UM ESTUDO COMPARADO DAS BASES SOCIAIS E ATITUDINAIS[1].

Introdução:

O que leva um indivíduo se engajar politicamente em torno de uma causa? Por que as pessoas saem de suas casas para votar, sendo que o peso do seu voto é ínfimo frente à totalidade do eleitorado[2]? Em resumo, quais os condicionantes sociais[3] e atitudinais[4] que levam os indivíduos participarem politicamente ou apenas eleitoralmente? Ou o seu contrário, quais os condicionantes sociais e atitudinais que fazem os indivíduos não participarem politicamente e eleitoralmente[5]? Questões como estas veem mobilizado esforços de sociólogos e cientistas políticos na tentativa de compreender o fenômeno da "participação política" em suas diversas materialidades.

Este tema está presente nas mais remotas reflexões sobre a política[6], nas últimas décadas do século passado, XX, a temática ganhou força e centralidade, ocupando um consolidado espaço nas agendas de pesquisa. Considerando-a *lato sensu*, temos estudos focando diferentes modalidades de participação: o binômio Movimentos Sociais/Novos Movimentos Sociais, Scherer Warren (1987, 1996), Gohn (2008), Touraine (1994); os conselhos gestores de políticas públicas, Tatagiba (2002), Luchmann (2002); os orçamentos participativos, Avritzer (2003), Navarro (2003), Luchmann (2007) Borba (2007); a participação eleitoral, símbolo das democracias liberais, Nicolau (2003, 2004), Reis (1991), Carreirão (2002), Figueiredo (2008) e mais recentemente o Plano Diretor Participativo, Avritzer (2008) dentre outros estudos.

Apesar dos diferentes focos sobre um mesmo fenômeno, todos compartilham de um núcleo comum quanto ao significado da participação política, entendendo-a como um comportamento que influencia ou visa influenciar a distribuição de bens públicos, Booth & Selison (1978). Apesar da

[1] Uma versão prévia deste artigo foi apresentada na Área Temática 4, Opinião Pública, Campanha e Voto, do IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR (World Association for Public Opinion Research), ocorrido em Belo Horizonte - MG em 2011,

[2] Considerando a atual dimensão do eleitorado brasileiro, em nível nacional segundo o pleito de 2012, o peso de um voto é 1 / 140.646.466 eleitores, considerando-o dentro de uma escala de 0 à 100, individualmente, um voto possui o peso de aproximadamente 0.00000000711%.

[3] Quando se fala em condicionantes sociais, refere-se tanto a questões macro, ou seja, as características do contexto onde estão insertos os eleitores, bem como as bases sociais a partir do perfil demográfico dos eleitores, medido em nível individual.

[4] Quando se fala de variáveis atitudinais, tem-se o entendimento de atitude como o estado mental do eleitor fruto da experiência do indivíduo, que influencia nas respostas que o mesmo dá aos estímulos, objetos e situações do cotidiano, sendo composta por três partes, afetiva, comportamental (behavior) e cognitiva (abc), conforme Allport (1935).

[5] Pressupõe a participação eleitoral como uma das diversas facetas que a participação política assume.

[6] Aristóteles (1998) ao tecer reflexões em torno da melhor forma de governo para a pólis (monarquia, aristocracia e democracia, bem como as respectivas formas degenerativas) tinha como pano de fundo a questão de quem participará da condução ou da tomada das decisões políticas.

existência de um denominador comum mínimo, esta não pode ser concebida como um conceito unívoco, ao contrário, como lembra Baquero e Prá (2007), ela abarca desde ações simples, como o ato de votar, até ações mais complexas como o uso da violência contra outras pessoas ou contra o aparelho estatal.

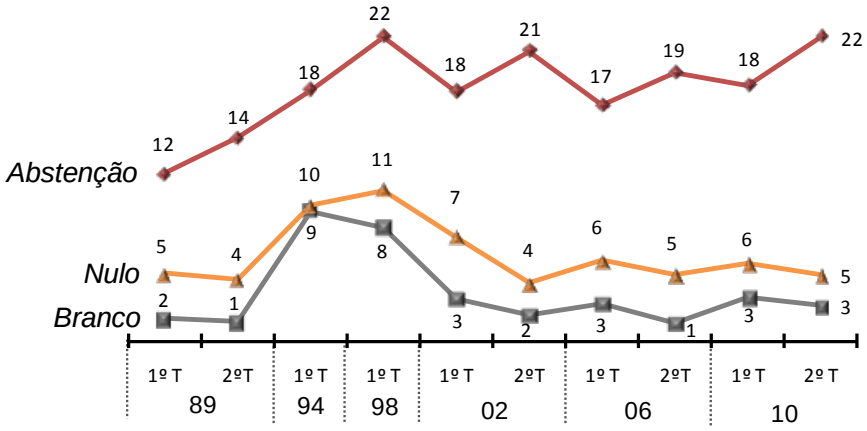
Assim, a participação, no plano prático, processa-se através de um *continuum*, que envolve diversos níveis de custos e complexidades, que vai desde a exposição do indivíduo a solicitações políticas e a votar, rotuladas como formas de participação socialmente aceitas ou participação convencional, até atividades de protestos políticos, que envolvem, inclusive, o uso da violência contra pessoas, denominadas de formas pouco socialmente aceitas ou não convencionais de participação, conforme Della Porta (2003).

Porém, o objeto deste trabalho não é o estudo dos diversos repertórios de participação política, ao contrário, pretende-se focar em uma modalidade específica, a eleitoral. Ajustando melhor o escopo analítico, visa-se estudar a participação eleitoral manifesta no voto branco e nulo e o seu contrário, que é a não participação eleitoral ou a abstenção eleitoral.

Na literatura, a abstenção eleitoral somada à participação eleitoral materializada no voto branco e nulo é denominada de "alienação eleitoral", Santos (1987). Conforme o gráfico 1, a alienação eleitoral se tornou um fenômeno presente nos pleitos eleitorais. Para o período em referência, pós-redemocratização, o percentual médio de abstenção é de 18%, enquanto o percentual médio do voto branco e nulo é de 2% e 5% respectivamente.

Analisando a materialidade do fenômeno em números absolutos, para as eleições presidenciais, constata-se que no primeiro turno de 1998, a alienação eleitoral atingiu um número superior aos votos do presidente eleito em primeiro turno Fernando Henrique Cardoso, 38.351.547 eleitores e 35.922.692 votos, respectivamente. Nas eleições de 1989 e 1994 (1º e 2º turnos), a alienação eleitoral, foi superior ao número de votos obtidos pelo segundo colocado, Lula (mais detalhes consultar tabela 7 em anexo). Na eleição de 2002, no primeiro turno, a alienação foi superior a votação do candidato Serra. Já nos primeiros turnos dos dois últimos pleitos, 2006 e 2010, o voto alienado atingiu número superior ao desempenho dos terceiros colocados, Heloísa Helena e Marina Silva respectivamente (tabela 7 em anexo).

Gráfico 1:
Alienação eleitoral nas eleições presidenciais 1989 – 2010 (% total de eleitores).



Fontes: Dados Eleitorais Brasileiros (1982-2006): wwww.jaironicolau.iesp.uerj.br/banco2004.html e TSE: www.divulgacao.tse.gov.br. Elaboração do autor

Em se tratando da não participação, segundo Borba (2008), é um fenômeno que atinge proporções globais nas democracias representativas. Porém, apesar da magnitude, não há um consenso na literatura quanto ao tema, alguns advogam a desejabilidade de determinados índices de não participação eleitoral para a estabilidade do regime democrático, Almond & Verba (1963), outros olham o fenômeno com preocupação, apontando indícios de desestruturação social, apatia e desinteresse pela política, Vitullo (2002).

Na agenda de pesquisa brasileira, a alienação eleitoral tem ocupado um espaço secundário, emergindo muitas vezes de forma tangencial[7]. Porém, apesar da ausência de vastos estudos, não há um consenso sobre o significado desse fenômeno. Desta forma, a luz do debate brasileiro, este artigo tem o objetivo de estudar a alienação eleitoral na eleição presidencial de 2002.

Para tanto, procedeu-se da seguinte forma: utilizaram-se dois tipos de análises, 1) uma macro, a partir de dados agregados sendo os municípios a unidade de análise, visando mapear as bases sócio-estruturais e 2) uma micro, ao nível individual, sendo o eleitor a unidade analítica, visando mapear as bases sociais e atitudinais.

[7] Comumente, os trabalhos que trazem algumas análises sobre o comportamento alienado possuem o tema apenas como parte integrante de uma agenda de pesquisa mais ampla.

Assim, o artigo está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, há uma segunda parte reservada a um breve resgate da literatura brasileira sobre o fenômeno. A terceira parte traz uma análise macro da alienação, a partir de dados oficiais do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e de indicadores socioeconômicos de outras fontes: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Na quarta parte, uma análise micro, mapeando os determinantes sociais e atitudiais do fenômeno, utilizando como material empírico o ESEB – 2002 (Estudo Eleitoral Brasileiro) e a quinta e última parte reservada as conclusões.

A alienação eleitoral: o debate brasileiro

A partir dos estudos sobre o comportamento alienado nas eleições brasileiras, é possível, a princípio, atribuir um caráter multifacetal ao fenômeno. Santos (1987) ao analisar as eleições proporcionais e majoritárias realizadas entre 1945 e 1985[8], concluiu que "no Brasil, quanto maior a incerteza do significado político efetivo do processo eleitoral, menor o retorno esperado e maior a taxa de alienação" (p. 55). Nessa mesma linha argumentativa, que considera a alienação como resultado de um cálculo estratégico que envolve custos e benefícios, encontra-se o livro de Figueiredo (2008). Com base em alguns pressupostos de Downs (1999), o voto do eleitor está condicionado à avaliação deste em relação aos custos de votar e aos possíveis retornos que tal atitude possa trazer. Com isso, a alienação eleitoral, ou especificamente o absenteísmo, é tida como uma atitude racional onde o eleitor considera que os custos de buscar informações, decidir o voto e se dirigir à urna para efetivá-lo são maiores que o retorno de utilidade que ele possa trazer[9].

Porém, uma das grandes objeções às conclusões de Santos (1987) reside no fato do autor considerar a abstenção, voto nulo e voto branco como expressão de um único fenômeno, negligenciando a heterogeneidade que o caracteriza. Diferente deste autor, Lima Junior (1990, 1993) considera que os determinantes que incidem sobre a abstenção eleitoral são diferentes dos que incidem sobre o voto branco e nulo. Em trabalho publicado na RBCS[10], o autor sugere que

[8] Nicolau (2003, 2004) tece importantes críticas as conclusões de Santos (1987). Primeiramente ele aponta para o fato deste autor considerar voto branco, nulo e abstenções como um fenômeno homogêneo, posteriormente ele questiona a tese de que o voto branco e nulo são expressões de protesto.

[9] A Downs remete a uma polêmica nos estudos sobre decisão do voto conhecida por "paradoxo da participação", que pode ser resumida na seguinte afirmação: se é racional não votar porque as pessoas votam mesmo sabendo que a eficiência individual do seu voto é ínfima? Como bem coloca Figueiredo (2008), "o paradoxo da participação político-eleitoral ataca o coração da teoria da escolha racional: sua capacidade preditiva" (p. 123). Mais detalhes ver Figueiredo (2008). A decisão do voto: democracia e racionalidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

[10] Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 14 ano 5 outubro de 1990, disponível no site http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_06.htm.

> Pode-se objetar, no entanto, que a interpretação do comportamento eleitoral alienado, na medida em que agrega manifestações eleitorais diferentes, esteja equivocada do ponto de vista dos fatores determinantes da alienação. Ou, simplesmente: o que leva o eleitor a se abster não é exatamente o que leva o eleitor a votar em branco ou a anular o voto. [...]. Deve, no entanto, ser decomposta: abstenção, por um lado, e brancos e nulos, por outro.

Os resultados obtidos pelo autor apontam para as seguintes direções:

A. O absenteísmo: está relacionado a questões de ordem ecológicas como o acesso as cabinas de votação, "quanto maior a extensão do estado, maior a taxa de abstenção eleitoral. Já o grau de urbanização, [...], afeta negativamente a abstenção: quanto maior a população urbana, menor o absenteísmo" (1990).
B. Voto branco e nulo: para o autor a escolarização possui efeito positivo, isto é: "quanto maior o analfabetismo (escolarização ausente ou até um ano), maior a probabilidade de votar em branco ou nulo" (idem).

Lima Júnior não discorda em absoluto da explicação corrente, Santos (1987), porém matiza e a qualifica. Partindo da mesma perspectiva teórica, da racionalidade do eleitor, o mesmo dá um salto ao apontar a diversidade de barreiras que aumentam o custo do voto para alguns eleitores, para ele, estas barreiras são de natureza ecológica, incidindo no absenteísmo, e social, escolarização, que interfere no comportamento do eleitor, de forma a favorecer não somente o absenteísmo como o voto nulo e branco.

Outros estudos caminharam em direção a uma análise mais plural dos determinantes da alienação, decompondo-a como sugere Lima Júnior. Essas diversas abordagens recorreram a uma série de variáveis explicativas, evidenciando a complexidade que o envolve o fenômeno, ver figura 1:

Figura 1:
Determinantes da alienação eleitoral

Fonte: Costa (2007), elaboração do autor.

Borba (2008) utilizou uma perspectiva próxima a de Costa (2007). Em suas análises sobre as bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral utilizando uma pesquisa pós-eleitoral, Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2002), o autor chegou as seguintes conclusões:

I. Quanto à abstenção: a mesma está mais relacionada à renda e a escolaridade, quanto maior for a renda e escolaridade do eleitor, menores serão as chances do mesmo se abster. Partindo para variáveis atitudinais, os dados apontam que a decisão de se abster está pouco relacionada "à forma como o cidadão percebe a política e suas instituições" (p. 151).
II. Quanto ao voto branco e nulo: estes obedecem outra lógica. Aqueles eleitores mais insatisfeitos com o funcionamento das instituições políticas apresentam maior inclinação pela opção branco/nulo. Assim como aqueles eleitores que "nutrem um alto sentimento de eficácia política subjetiva [...] são menos propensos a anular ou votar em branco" (*Idem*).

Em suma, o autor constatou que as variáveis ligadas a idade, renda e escolaridade estão relacionadas com o absenteísmo, enquanto as variáveis atitudinais (avaliação das instituições políticas e sentimento de eficácia política) estão relacionadas com o voto branco e nulo. O autor propõe que o absenteísmo relaciona-se com os custos e oportunidades da participação, conforme Lima Júnior (1993) e Costa (2007) haviam apontado, enquanto os votos brancos e nulos estão relacionados a questões ligadas a desconfiança, evidenciando uma atitude de protesto político.

Contrariamente a tese do protesto, Nicolau (2003, 2004) defende que o voto inválido não é exclusivamente o resultado de um protesto político, mas sim, uma combinação de eleitor de baixa

escolaridade e uma cédula eleitoral, tida como uma das mais complexas, quando o procedimento era realizado via cédula, e para os momentos atuais, de universalização das urnas eletrônicas, as anulações são uma combinação de eleitor de baixa renda e escolaridade que possui dificuldade em operacionalizar o voto na urna eletrônica, acabando por anulá-lo em decorrência de erro no momento da digitação dos números.

Participação e alienação eleitoral: uma leitura a partir dos contextos

Esta primeira parte consiste em um estudo comparativo dos determinantes do comportamento alienado em relação ao voto nominal a partir da metodologia ecológica, ou seja, utilizando dados em nível agregado, sendo os municípios brasileiros a unidade analítica de referência. Destarte, o modelo explicativo do comportamento eleitoral que serve de base na condução das análises é o sociológico.

O pressuposto básico desse modelo é que "o comportamento político deve ser analisado em seu contexto social e não como uma atividade autônoma" (FIGUEIREDO, 2008, p. 48). Sendo o voto "o ato final de um processo mais amplo" (*idem*), para compreender o voto de "coletivos sociais" é necessário ter conhecimento do contexto (onde vivem e como vivem) dos eleitores pertencentes a esses coletivos. Dessa forma, é o estudo das condições sociais adjacentes ao processo eleitoral, que possibilita compreender o voto dos eleitores, já que o ato individual de votar não é "socialmente isolado".

É preciso conhecer as condições que cercam a vida desse eleitor, o contexto socioeconômico ao qual está inserido para, assim, poder compreender o seu comportamento eleitoral[11]. Desta forma, as variáveis que caracterizam socioeconomicamente determinados contextos territoriais, neste caso os municípios, tornam-se variáveis preditoras do comportamento dos grupos sociais que ali estão inseridos, já que eleitores em condições socioeconômicas semelhantes tendem a desenvolver condutas semelhantes[12].

Diante da limitação de tempo e da dificuldade em reunir dados de fontes diferentes e com um número de caso grande, todos os municípios brasileiros, optou-se pelos dados que seguem na tabela 1. Como pode ser observado, os dados oriundos de cada uma das fontes possuem número de casos diferentes, assim, teve-se que investir esforços consideráveis na checagem de caso a caso para

[11] Segundo Figueiredo (2008), os contextos sociais podem ser entendidos como contextos políticos sociais.
[12] É importante ter em mente os limites dos dados em análise para não incorrer em erros. Ao tecer as conclusões, deve-se cuidar para não cair na armadilha da "falácia ecológica" que consiste em inferir o comportamento individual do eleitor a partir dos dados agregados.

se ter certeza de que os dados eram correspondentes aos seus respectivos municípios. Diante disso, as análises restringiram-se a um número de 15 variáveis previsoras e quatro variáveis critérios, sendo que no decorrer das análises algumas se mostraram pouco relevantes para a compreensão do fenômeno.

Entre as fontes de dados estão: o TSE com 5.565 municípios, o IBGE com 5.538 municípios e o PNUD com 5.507. 72 municípios apresentaram ausência de dados em algumas das variáveis oriundas das fontes, logo, esses municípios foram excluídos, ficando a base final com 5.493 municípios, conforme a tabela 1.

Tabela 1:

Informações sobre os dados utilizados.

Fonte	**Dados**	**Nº de Municípios**
TSE - 2002	Resultado das Eleições	5.565
IBGE - 2002	PIB per capita	5.538
Atlas do Desenvolvimento Humano PNUD 200	% pessoas 15 ou + analfabetas	5.507
	% pessoas 15 ou + com menos de 4 anos de estudo	
	Índice de Gini	
	Intensidade da pobreza	
	IDH-M	
	IDH-M Educação	
	IDH-M Renda	
	Taxa de Alfabetização	
	Renda per capita	
	Índica L de Theil	
	Intensidade da indigência	
	Densidade Demográfica	
	% População Urbana	
	% População Rural	
Base Final analisada		**5.493**

O banco de dados foi montado inicialmente em Excel e exportado para o SPSS[13] para facilitar as análises. Assim, o primeiro passo realizado foi um teste de correlação entre as variáveis para medir a ausência/presença de relação entre as 4 variáveis critério e as 15 variáveis previsoras, o teste escolhido foi a correlação de *Pearson*[14], como ilustra a tabela 2.

[13] Pacote Estatístico para as Ciências Sociais.

[14] O "r" de *Pearson* é o coeficiente indicado para variáveis numéricas como as utilizadas nesta etapa do estudo. Segundo LEVIN & FOX, (2004), esse coeficiente tem melhor adequação quando se trabalha com uma amostra superior a 30 casos. O "r" de *Pearson* varia de -1 a 1, quanto mais próximo do 1, mais se evidencia

Primeiramente chama a atenção a ausência de relação entre a variável dependente voto Branco com todas as variáveis independentes, já para as outras variáveis dependentes as relações se apresentaram da seguinte forma:

- Absenteísmo:

  Relação Positiva: moderada com % de analfabetos/analfabetos funcionais[15], Índice de Gini e Intensidade da Pobreza.

  Relação negativa: moderada com IDH-M Geral, IDH-M Educação, IDH-M Renda e Taxa de analfabetismo[16].

  Conclusão parcial: O percentual de abstenção está relacionado de forma moderada a baixos níveis educacionais e consideráveis níveis de pobreza dos municípios.

- Voto Nulo:

  Relação Positiva: forte com % de analfabetos/analfabetos funcionais e moderada para forte com intensidade da pobreza.

  Relação Negativa: forte com IDH-M Geral, IDH-M Renda, IDH-M Educação e Taxa de Alfabetização e moderada com Renda Per Capita.

  Conclusão parcial: O percentual de votos nulos está relacionado fortemente a baixos índices educacionais e altos índices de pobreza dos municípios.

- Voto Nominal[17]:

  Relação Positiva: forte com os IDHs (Geral, Renda e Educação) e moderada com Renda Per Capita e PIB Per Capita.

  Relação Negativa: forte com % de analfabetismo/analfabetismo funcional e moderada com intensidade da pobreza.

  Conclusão parcial: O percentual de voto nominal está fortemente relacionado a bons índices educacionais e de forma moderada a bons índices de renda dos municípios brasileiros.

uma relação proporcional e, quanto mais próximo do -1, mais se evidencia uma relação inversamente proporcional. O 0 aponta a inexistência de relação entre as variáveis.

[15] Por economia textual, a variável % de Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas ou com menos de quatro anos de estudo será trabalhada como % de analfabetos/analfabetos funcionais.

[16] É importante salientar que o IDH-M Educação e o IDH-M Renda estão inseridos no IDH-M Geral. No caso da Taxa de alfabetização, esta medida é utilizada no calculo do IDH-M Educação.

[17] São aqueles eleitores que optaram por algum dos candidatos disponíveis no mercado eleitoral.

Tabela 2:
Matriz de Correlação: Variáveis Dependentes *vs.* Variáveis Independentes.

Matriz de Correlação					
Variáveis		**% Abstenções**	**% Nulos**	**% Brancos**	**% Nominais**
PIB_percapita	Pearson	-.186	-.332	-.011	.308
	Sig.	.000	.000	.407	.000
% 15 + analfabetas ou menos 4 anos	Pearson	.456	.794	.097	-.758
	Sig.	.000	.000	.000	.000
Índice de Gini	Pearson	.376	.278	-.137	-.218
	Sig.	.000	.000	.000	.000
Intensidade da pobreza	Pearson	.437	.659	-.046	-.594
	Sig.	.000	.000	.001	.000
IDH-M	Pearson	-.441	-.793	-.075	.751
	Sig.	.000	.000	.000	.000
IDH-M Renda	Pearson	-.411	-.769	-.052	.723
	Sig.	.000	.000	.000	.000
IDH-M Educação	Pearson	-.442	-.750	-.141	.729
	Sig.	.000	.000	.000	.000
Tx. Alfabetização	Pearson	-.422	-.773	-.108	.742
	Sig.	.000	.000	.000	.000
Renda Per Capita	Pearson	-.207	-.364	-.019	.340
	Sig.	.000	.000	.157	.000
% População Rural	Pearson	.102	.214	.018	-.202
	Sig.	.000	.000	.184	.000
% População Urbana	Pearson	-.103	-.220	-.021	.208
	Sig.	.000	.000	.121	.000
Legenda					
Relação Positiva			**Relação Negativa**		
	Forte: > 0.700			Forte: < que - 0.700	
	Moderado: > 0.300 até 0.700			Moderado: < - 0.300 até - 0.700	

Fonte: TSE, IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD. Elaboração do autor.

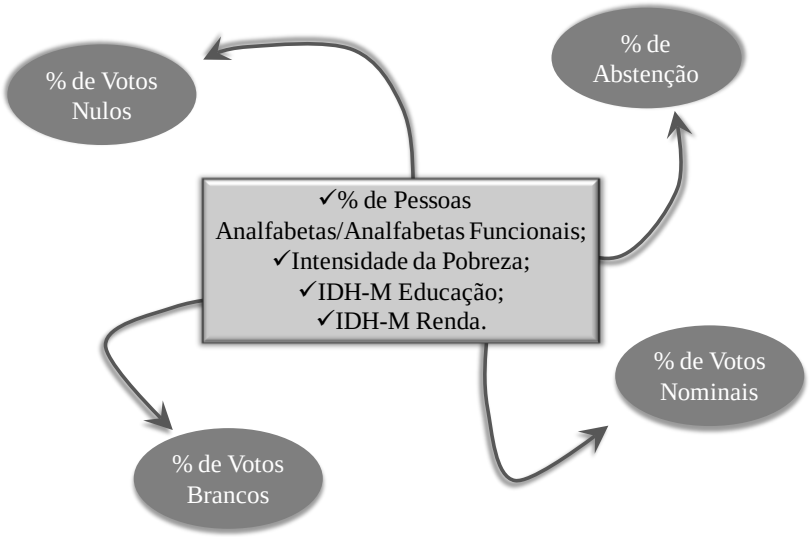
Em suma, o que se pode concluir é que a abstenção e principalmente o voto nulo estão relacionados aos baixos índices educacionais e de renda dos municípios, enquanto o raciocínio contrário é válido para os votos nominais, estando este relacionado aos bons índices de educação e renda.

O absenteísmo aproxima-se do nulo quanto às variáveis que se relaciona, porém sugere outra leitura. Apesar da força das relações terem sido médias, para o comportamento absenteísta, os dados acenam que, possivelmente, as estruturas de oportunidades pesam no processo de tomada de decisão: "comparecer ou não comparecer as urnas?". Assim, questões como os custos e oportunidades da participação estão por de trás das abstenções, algo próximo das constatações de Lima Júnior (1990, 1993), Costa (2007) e reiteradas por Borba (2008), que evidenciaram os fatores ecológicos como os que interferem na decisão de comparecer ou não.

Se por um lado os testes de correlação apontam a existência/ausência de algum tipo de relação entre variáveis, eles nada informam sobre a natureza dessa associação ou em que medida um conjunto de variáveis independentes, individualmente ou em grupo, explica o comportamento de uma ou mais variáveis dependentes, ou então, quais os reais impactos de cada uma destas variáveis na variável a ser explicada: abstenção, voto nulo, voto branco[18] e voto nominal.

Para se aprofundar na compreensão destas relações, utilizou-se a análise de regressão linear múltipla. Com base nos testes de correlação, as variáveis que apresentaram maior associação foram: % de Analfabetos/Analfabetos Funcionais, Intensidade da Pobreza, IDH-M Renda e IDH-M Educação[19], como ilustra a figura 2, sendo criado um modelo para cada variável dependente.

Figura 2:
Construção dos Modelos de Regressão



[18] Dada à ausência de correlação, o voto branco seria excluído d os modelos de regressão, porém, como a correlação é uma análise bivariada que traz apenas a informação sobre o grau de correlação entre duas variáveis, optou-se por conservá-la tendo em vista que a regressão poderá trazer resultados mais promissores.
[19]Tendo em vista que no IDH-M Geral estão contidos o IDH-M Educação e Renda, optou-se por trabalhar com esses dois últimos, e no caso da taxa de alfabetização, por ela ser utilizada no cálculo do IDH-M Educação, optou-se por excluí-la.

A tabela 3 traz os resultados das regressões para os quatro modelos, em cada um encontram-se as informações básicas que visam testar a adequação do modelo e traz conjuntamente os coeficientes: Beta e B de cada variável independente. Assim, é possível identificar qual das variáveis preditoras mais impacta a variável dependente, a partir do conjunto de variáveis independentes constantes no modelo, e quais variações que se pode esperar nas dependentes, caso haja alteração em uma unidade das independentes.

Passando para a análise individual dos modelos, inicia-se com as abstenções. Primeiramente, a correlação havia apontado para uma associação em nível moderado com as variáveis independentes. Este fato se confirma quando é analisado o R-quadrado do modelo, apesar da significância estar assegurada, o modelo explica apenas 23% das abstenções. Porém, dentre as variáveis preditoras, o analfabetismo/analfabetismo funcional é a que mais afeta positivamente a ocorrência do fenômeno, seguida pela intensidade da pobreza e IDH-M Renda, segundo os valores do Beta.

Passando para o modelo do voto nulo, esta variável foi a que apresentou maiores coeficientes de correlação. Isso se confirma quando são analisados os dados do modelo, segundo o R-quadrado, o conjunto das variáveis preditoras explica 64,8% dos votos nulos, com a significância do teste assegurada. Partindo para uma comparação mais detalhada, constata-se que o analfabetismo/analfabetismo funcional é a variável que mais afeta positivamente a ocorrência do fenômeno, seguido de longe pelo IDH-M Educação, enquanto o IDH-M Renda impacta positivamente.

O modelo do voto branco não se mostrou muito explicativo, apenas 7,9%, com a significância assegurada. Porém individualmente, as variáveis preditoras apresentaram comportamentos interessantes, sendo as variáveis ligadas a educação as que mais impactam negativamente no voto branco.

Em relação ao voto nominal, constata-se que o conjunto das variáveis preditoras consegue explicar 58,3% do fenômeno, segundo o R-quadrado, e com uma significância atestada. Comparando individualmente, o analfabetismo/analfabetismo funcional é a que mais afeta negativamente o fenômeno, enquanto o IDH-M Renda é a que mais impacta favoravelmente.

Tabela 3:

Modelos de Regressão.

Grupo das variáveis Independentes	**Modelo 1 - % Abstenção - VD**			
	B*	Beta	Informações do Modelo	
% de Pessoas Analfabetas/Analfabetas Fucionais	0.100	0.414	R-quadrado	0.230
Intensidade da Pobreza	0.173	0.276		
IDH-M Educação	-1.645**	-0.022	Sig.	0.000
IDH-M Renda	15.017	0.216		

Grupo das variáveis Independentes	**Modelo 2 - % Voto Nulo - VD**			
	B*	Beta	Informações do Modelo	
% de Pessoas Analfabetas/Analfabetas Fucionais	0.177	0.859	R-quadrado	0.648
Intensidade da Pobreza	0.000**	0.000		
IDH-M Educação	18.947	0.301	Sig.	0.000
IDH-M Renda	-14.698	-0.249		

Grupo das variáveis Independentes	**Modelo 3 - % Voto Branco - VD**			
	B*	Beta	Informações do Modelo	
% de Pessoas Analfabetas/Analfabetas Fucionais	-0.027	-0.431	R-quadrado	0.079
Intensidade da Pobreza	-0.049	-0.305		
IDH-M Educação	-13.888	-0.733	Sig.	0.000
IDH-M Renda	-1.102**	-0.062		

Grupo das variáveis Independentes	**Modelo 4 - % Voto Nominal - VD**			
	B*	Beta	Informações do Modelo	
% de Pessoas Analfabetas/Analfabetas Fucionais	-0.150	-0.671	R-quadrado	0.583
Intensidade da Pobreza	0.049	0.084		
IDH-M Educação	-5.028	-0.073	Sig.	0.000
IDH-M Renda	15.772	0.246		

* Refere-se ao impacto que a respectiva variável independente tem sobre a dependente, ou seja, aumentando-se uma unidade na independente, qual será a variação obtida na dependente.

** As respectivas variáveis obtiveram uma significância acima dos 5%.

Em suma, o que se pode concluir é que as abstenções e principalmente o voto nulo estão relacionados aos baixos índices educacionais, analfabetismo/analfabetismo funcional, e inversamente, estes possuem impacto contrário no voto nominal. A renda se apresentou como uma variável que afeta negativamente o voto nulo e positivamente o voto nominal. No caso dos votos brancos, as variáveis ligadas a educação se apresentaram como as que mais impactam no fenômeno.

Assim, para as análises ao nível dos municípios, o que os dados sugerem? Jairo Nicolau em seu blog[20] e em alguns trabalhos, Nicolau (2003, 2004), combate a tese de que o voto nulo é fruto exclusivamente de uma atitude de protesto. O autor levanta a tese de que boa parte das anulações é decorrente de um perfil específico de eleitor de baixa renda e escolaridade que possui dificuldade em operacionalizar o voto na urna eletrônica, anulando-o em decorrência de erro de digitação e não de ação deliberada como no caso de protesto.

Assim, a tese de Nicolau se apresentou plausível, logo, não se podem tomar os votos nulos unicamente como ação deliberada de protesto. Diante da realidade brasileira, marcada pela desigualdade, os votos nulos são expressões também de um eleitor produto desse meio desigual. No caso das abstenções, as barreiras sociais se apresentam como fatores que elevam o custo do comparecimento eleitoral.

Quanto a importância da dimensão educação, IDH-M Educação e percentual de analfabetos/analfabetos funcionais, fica a sugestão de não haver um papel bem definido desempenhado por ela. Ao mesmo tempo em que os baixos índices educacionais contribuem substancialmente para a ocorrência do voto nulo, os altos índices também afetam o mesmo fenômeno, o que não descarta, porém relativiza a tese do voto nulo enquanto voto de protesto, interpretação esta que, com muito comedimento, pode ser levada para o voto branco.

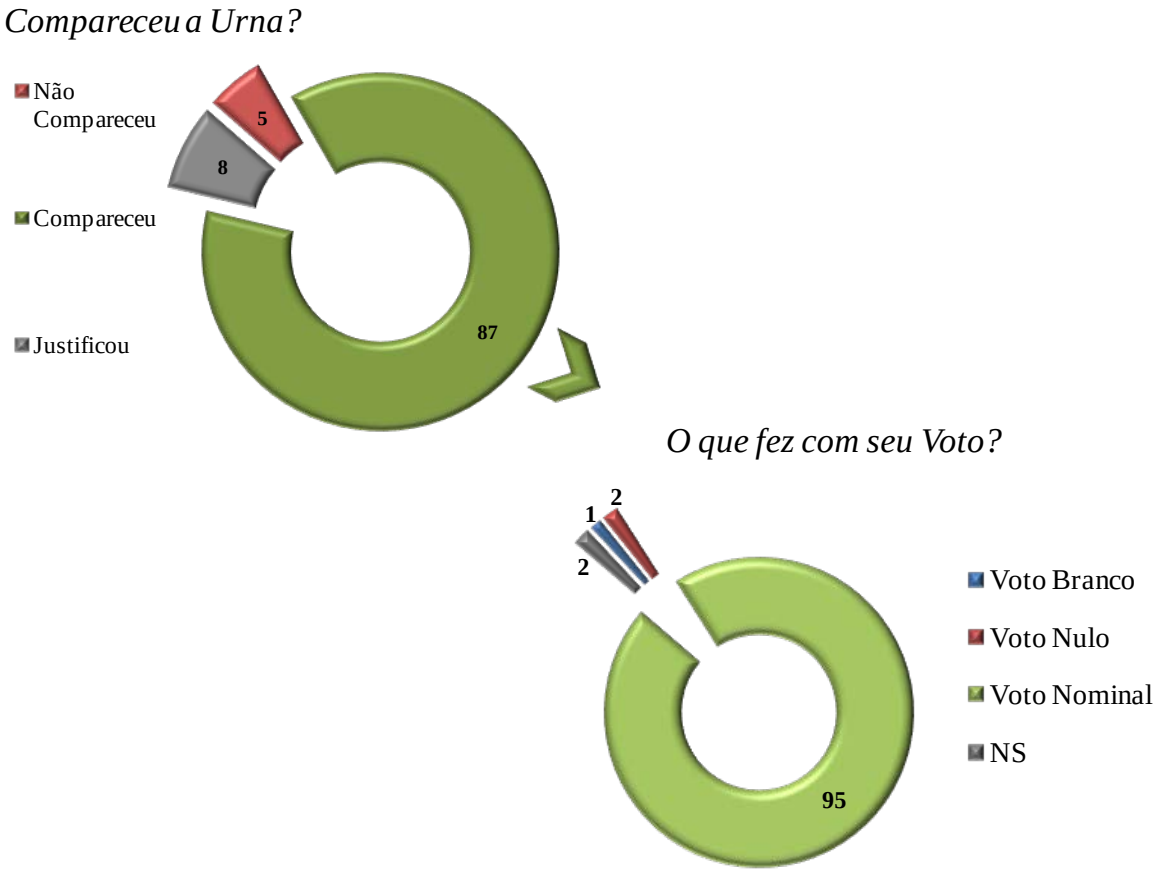
Participação e alienação eleitoral: uma leitura a partir dos indivíduos

O material empírico utilizado nesta etapa da análise é o Estudo Eleitoral Brasileiro - ESEB 2002[21]. Por se tratar de uma pesquisa pós-eleitoral e contar com a memória retrospectiva do eleitor, o resultado, apresentado no infográfico 1, difere do divulgado oficialmente pelo TSE. Para chegar a estes percentuais procedeu-se da seguinte forma, a pergunta *"O(a) Sr(a) votou nesta eleição?[22]",* foi a matéria prima para obter a variável comparecimento, e a pergunta estimulada *"Em quem o(a) Sr(a) votou para presidente no primeiro turno",* serviu para chegar a variável voto (branco, nulo e nominal) correspondente aos 87% que compareceram. Conforme o infográfico há 5% de abstenções, 1% de votos brancos e 2% de votos nulos, contra 18%, 3% e 7% dos dados oficiais[23].

[20] Blog Eleições em Dados: http://eleicoesemdados.blogspot.com/ criado para acompanhar as eleições de 2010.
[21] Nesta etapa, aos moldes da teoria psicológica do comportamento eleitoral, "o indivíduo é a unidade de análise, a fonte original de informação" (FIGUEIREDO, 2008, p. 25).
[22] O entrevistador, caso o entrevistado respondesse q não votou, perguntou o motivo, como a justificativa é uma forma de comparecimento, foi criada uma categoria própria para ela, conforme o infográfico.
[23] Dados do TSE.

Infográfico 1:

Comportamento Eleitoral[24]



Fonte: ESEB 2002. Elaboração do autor.

Obtida as variáveis dependentes (de comparecimento e voto), passou-se para a seleção das variáveis sociodemográficas e atitudinal que irão compor o grupo de variáveis independentes[25]. Do ponto de vista das atitudes dos eleitores, o ESEB – 2002 dispõe de um grande número de questões, assim o primeiro passo foi fazer uma seleção criteriosa de variáveis que abordassem algumas dimensões mais centrais na compreensão das atitudes do eleitorado, sem a pretensão de esgotá-las. Realizada esta primeira seleção o número de variáveis foi reduzido, porém permaneceu alto, assim,

[24] Desconsiderando a justificativa, a distribuição percentual fica assim: 6% não compareceram contra 94% de comparecimento.

[25]Respeitadas as devidas proporções, as análises se aproximam da perspectiva psicossociológica que integra alguns preceitos da sociologia com da psicologia. Além de levar em conta as "barreiras não psicológicas", oriundas da própria estrutura social e até geográfica, "as percepções, motivações e atitudes: [...] o interesse por política e pela campanha, a preocupação com o resultado eleitoral, o sentimento da obrigação de votar e da eficácia da participação política" (CASTRO, 1994, p. 33) são considerados.

para contornar este problema e facilitar as análises, optou-se pela construção de índices, alternativa mais razoável.

O primeiro passo para construção dos índices foi rodar uma análise fatorial com o método de Análise de Componentes Principais (ACP). Esta visa construir "fatores" (que podem representar conceitos) a partir de um conjunto de variáveis. Os principais objetivos na utilização deste método são: 1) redução do número de variáveis (quando há variáveis altamente correlacionadas, que indicam um mesmo conceito é criado um único fator para representá-las, evitando redundância), ou 2) conhecimento das relações estabelecidas entre as variáveis, realizando uma classificação em fatores. Nesse caso, revela-se a existência de padrões entre elas que as classificam por meio de grupos constituídos por aquelas variáveis que forem altamente correlacionadas entre si.

A tabela 4 traz o resultado ACP[26], as cargas fatoriais iguais ou acima de 0.400 apontam a existência de uma relação entre as variáveis em cada um dos fatores, com isso as variáveis foram classificadas, conforme a primeira coluna, originando quatro índices: Informacional, Participação, Confiança Interpessoal e Avaliação Institucional. O passo seguinte foi medir a fiabilidade dos índices, ou seja, a consistência destes, o teste utilizado foi o Alpha de Cronbach[27]. Maroco & Garcia-Marques (2006) apresentam dois critérios para leitura do valor desta medida estatística: um mais rígido onde o α é pelo menos 0.70 (Nunnally *apud* MAROCO & GARCIA-MARQUES 2006) e outra onde o α é pelo menos 0.60 (DeVellis *apud* MAROCO & GARCIA-MARQUES 2006), porém este último deve ser usado com precaução. Tendo em vista as etapas precedentes de construção dos índices, seleção das variáveis a partir do debate teórico e refinamento destas a partir da ACP, optou-se pelo limite menor de 0.60, conforme a última coluna da tabela abaixo.

[26]A estatística utilizada para avaliar a adequacidade da análise fatorial foi a medida de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). Valores acima de 0.5 indicam que a análise fatorial é apropriada, neste caso o valor foi 0.741, e com o sig. 0.000.
[27]É uma estatística "da verdadeira fiabilidade da medida" (Maroco & Garcia-Marques, 2006).

Tabela 4:
Construção dos Índices

Índice	Análise de Componentes Principais					Alpha de Cronbach
	Variáveis	*Componentes*				
		1	*2*	*3*	*4*	
Informacional	Lê jornal			.482		0.650
	Assistiu telejornais com notícias nacionais esta semana			.807		
	Assistiu telejornais com notícias locais esta semana			.827		
	Ouviu notícias no rádio esta semana	Variável Excluída do Índice*				
Participação	Participação abaixo assinado		.447			0.601
	Participação em manifestações ou protestos		.541			
	Participação em greves		.488			
	Participação em associação de moradores		.502			
	Participação em reunião de condomínio ***		.396			
	Participação em clube social ou esportivo ***		.399			
	Participação em associação assistencial-religiosa		.415			
	Participação em associação assistencial-não religiosa		.475			
	Participação em sindicato		.441			
	Participação em associação		.453			
	Participação em partido político		.469			
Confiança Interpessoal	Confiança na família	Variável Excluída do Índice**				
	Confiança nos amigos				.802	0.618
	Confiança na maioria das pessoas				.723	
Avaliação Institucional	Avaliação do governo federal	.736				0.766
	Avaliação da justiça	.723				
	Avaliação dos partidos políticos	.764				
	Avaliação do congresso	.814				

* Carga fatorial igual ou abaixo de 0.300
**Apesar da carga fatoria desta variável ser satisfatória, a sua retirada fez com que o Alpha de Crombach ficasse acima do patamar de 0.600.
***Optou-se por incluir estas variáveis por duas razões: 1) a carga fatorial ficou muito próximo dos 0.400 e 2) a presença delas deixa o índice mais consistente, com Alpha de Cronbach acima de 0.600

Fonte: ESEB – 2002. Elaboração do autor.

Criada as medidas necessárias, sistematizando as atitudes dos eleitores, passa-se para as análises dos dados. Ela está dividida em duas etapas, a primeira analisa a relação entre a variável dependente *Comparecimento* e seus possíveis preditores, e a segunda a relação entre a variável dependente *Voto* (Branco, Nulo e Nominal) e seus possíveis preditores. No caso do

comparecimento às urnas, tabela 5, as variáveis demográficas que apresentaram associação significante[28], a partir do valor do qui-quadrado[29], com a variável dependente foram: idade, escolaridade e renda. No caso da idade, eleitores com 16 e 17 anos e com 60 anos ou mais se mostraram mais propensos a não comparecer. Essa abstenção possui uma explicação institucional, conforme as regras do jogo, facultam-se aos eleitores de 16 e 17 anos de idade o comparecimento as urnas, sendo estendido aos eleitores com 70 anos ou mais de idade, que neste caso específico estão contidos na categoria 60 anos ou mais.

Em relação à escolaridade, os eleitores sem instrução apresentam maior inclinação, 22%, a se absterem do processo eleitoral, apresentando um percentual 266 % superior ao observado em nível nacional. Contrariamente a estes, os mais escolarizados tendem a comparecer mais, com destaque para os eleitores de nível superior ou mais que registram um comparecimento de 99%. Quanto a renda, observa-se algo similar ao à escolaridade, os eleitores de menor rendimento inclinam-se a se absterem mais, destaque para os com rendimento inferior a 1 salário mínimo[30], 12%, valor 100% superior ao nacional. Contrariamente, os de maior rendimento tendem a se abster menos.

Passando para as variáveis atitudinais[31], os índices de informação, participação, avaliação institucional[32] e satisfação com a democracia apresentaram associação significante com a variável dependente. Os eleitores menos informados são mais propensos a se absterem, 8%, que os mais informados, 3%, valor 50% menor que o nacional. Em relação à participação política, os menos participativos inclinam-se mais a não comparecerem, que os mais participativos. Quanto à avaliação das instituições, aqueles que avaliam bem o funcionamento das instituições políticas tendem a se absterem mais. Quanto à satisfação com o funcionamento da democracia[33], os eleitores menos satisfeitos tendem a comparecer mais, enquanto os mais satisfeitos tendem a se absterem mais, atitude esta coerente no plano teórico, conforme Almond & Verba (1989). Vale registrar, mesmo que a associação não tenha sido significante para a variável como um todo, que os eleitores com baixa confiança interpessoal inclinam-se a se absterem mais, valor 50% superior ao nacional.

[28] A associação significante é um indício da existência de uma relação causal entre as variáveis em análise.
[29] É um teste de associação que procura testar a hipótese nula (*H0*) de que a associação entre as variáveis se deu ao acaso. Com um valor de Qui-Quadrado distante de 0 e uma significância até 0.05 em um critério mais rígido) ou 0.07 (em um critério mais flexível), pode-se rejeitar a *H0* e assumir a *H1*, a hipótese de pesquisa que afirma a existência de uma associação. Apesar de não satisfazer todas as exigências do teste, optou-se por utilizá-lo tendo em vista que ele permite traçar alguns cenários explicativos para futuros estudos mais aprofundados.
[30] Para este período, o valor do Salário Mínimo era de R$ 200,00.
[31] Inicialmente, os índices eram variáveis contínuas, para categorizá-los fez-se uso do critério ou fórmula de Sturges: k=1+3,322 (Log n) sendo n os valores a serem calculados e k o número de intervalos. Depois inseriu-se o k na seguinte fórmula: w= R/k, onde R é a amplitude da distribuição amostral e w é o tamanho de cada intervalo. Os três primeiros índices, informação, confiança e participação, obtiveram três categorias ou intervalos, já o índice de avaliação obteve cinco categorias ou intervalos. Para padronizá-lo, deixando-o com o mesmo número de categorias que os demais, foram somadas as categorias extremas, algo que se faz, por exemplo, com uma escala Likert de avaliação (Péssimo/Ruim – Regular – Bom/Ótimo).
[32] Esta variável remete a dimensão do apoio específico aos regimes democráticos, conforme Easton (1975)
[33] Essa variável remete ao apoio difuso aos regimes democráticos, conforme Easton (1975).

Tabela 5:

Abstenção e os preditores sociais e atitudinais

Variáveis		Comparecimento	
		Não	Sim
Sexo	Masculino	6%	94%
	Feminino	6%	94%
Idade*	De 16 a 17 anos	10%	90%
	De 18 a 26 anos	3%	97%
	De 27 a 36 anos	5%	95%
	De 37 a 46 anos	3%	97%
	De 47 a 59 anos	2%	98%
	60 anos ou mais	20%	80%
Escolaridade*	Sem instrução	22%	78%
	Até 4a. série	7%	93%
	De 5a. a 8a. série	4%	96%
	2o. grau	4%	96%
	Superior ou mais	1%	99%
Renda Familiar*	Menos de 1 SM	12%	88%
	De 1 a 3 SM	8%	92%
	Mais de 3 a 5 SM	5%	95%
	Mais de 5 a 10 SM	1%	99%
	Mais de 10 SM	2%	98%
Região	Norte/Centro-Oeste	6%	94%
	Nordeste	6%	94%
	Sul/Sudeste	6%	94%
Informação*	Baixo	8%	92%
	Médio	5%	95%
	Alto	3%	97%
Confiança Interpessoal	Baixo	9%	91%
	Médio	5%	95%
	Alto	5%	95%
Participação*	Baixo	6%	94%
	Médio	3%	97%
	Alto	3%	97%
Avaliação * Institucional	Baixo	4%	96%
	Médio	4%	96%
	Alto	7%	93%
Satifação ** com a Democracia	Nada/Pouco Satisfeito	4%	96%
	Nem satisfeito Nem insatisfeito	5%	95%
	Satisfeito/Muito satisfeito	7%	93%
Votaria caso não fosse	Não	6%	94%
	Sim	5%	95%

* Variáveis cujo teste Qui-Quadrado deu significante a um nível 0.05
** Variáveis cujo teste Qui-Quadrado deu significante a um nível 0.07.

Passando para os eleitores que compareceram às urnas, serão mapeados os preditores do Voto Branco, Voto Nulo e Voto Nominal, tabela 6. A primeira constatação é a ausência de significância da variável dependente e seus preditores demográficos, exceto os eleitores com escolaridade de nível superior ou mais que tendem a optar por alguma das ofertas do mercado eleitoral, confiando o voto em algum dos candidatos.

Passando para as variáveis atitudinais, três variáveis apresentaram associação significante, os índices de Confiança Interpessoal e Avaliação Institucional e a variável "votaria caso não fosse obrigatório". No caso da confiança, na medida em que ela aumenta, aumenta a propensão do eleitor votar nominalmente e diminui a propensão de votar branco. Quanto à avaliação do funcionamento das instituições, votar branco e nulo é característico dos mais insatisfeitos, bem como votar nominalmente é típico dos que avaliam bem o funcionamento das instituições. Outro indício de que os votos brancos e nulos possuem uma dimensão que expressa protesto é quanto ao fato de que, dentre aqueles que não votariam caso não fosse obrigatório, 3% optaram pelo voto branco e outros 3% pelo nulo.

Tabela 6:

Voto branco e nulo e os preditores sociais e atitudinais

Variáveis		O que fez com o voto?		
		Branco	Nulo	Nominal
Sexo	Masculino	1%	2%	97%
	Feminino	1%	2%	97%
Idade	De 16 a 17 anos	0%	3%	97%
	De 18 a 26 anos	1%	2%	97%
	De 27 a 36 anos	1%	2%	97%
	De 37 a 46 anos	2%	1%	97%
	De 47 a 59 anos	2%	2%	96%
	60 anos ou mais	0%	1%	98%
Escolaridade	Sem instrução	2%	0%	98%
	Até 4a. série	1%	2%	97%
	De 5a. a 8a. série	1%	2%	97%
	2o. grau	1%	2%	96%
	Superior ou mais	0%	1%	99%
Renda Familiar	Menos de 1 SM	1%	3%	96%
	De 1 a 3 SM	1%	1%	97%
	Mais de 3 a 5 SM	2%	3%	95%
	Mais de 5 a 10 SM	1%	1%	98%
	Mais de 10 SM	0%	2%	97%
Região	Norte/Centro-Oeste	1%	2%	97%
	Nordeste	1%	2%	97%
	Sul/Sudeste	1%	2%	97%
Informação	Baixo	1%	2%	97%
	Médio	1%	3%	96%
	Alto	1%	1%	98%
Confiança * Interpessoal	Baixo	4%	0%	96%
	Médio	1%	2%	97%
	Alto	1%	1%	99%
Participação	Baixo	1%	2%	97%
	Médio	1%	0%	98%
	Alto	0%	3%	97%
Avaliação * Institucional	Baixo	2%	2%	96%
	Médio	1%	1%	98%
	Alto	1%	1%	99%
Satifação com a Democracia	Nada/Pouco	1%	2%	97%
	Nem satisfeito Nem	3%	3%	94%
	Satisfeito/Muito	0%	2%	98%
Votaria caso * não fosse	Não	3%	3%	94%
	Sim	0%	0%	99%

* Variáveis cujo teste Qui-Quadrado deu significante a um nível 0.05

Conclusão:

Apesar da utilização de metodologias diferentes, ecológica e individual, salvo algumas diferenças, os resultados convergiram para alguns pontos comuns. De modo geral, ambas apontaram para o que a literatura já atestava: as mesmas determinantes que incidem nas abstenções não são as que incidem no voto branco/nulo, logo as abstenções e o voto branco/nulo não podem ser entendidos como expressões de um mesmo fenômeno, a alienação eleitoral, sendo necessário, para o estudo, a decomposição mínima sugerida por Lima Junior (1990, 1993).

Os resultados também apontaram as barreiras que ocasionam o comportamento absenteísta, barreiras estas oriundas da própria estrutura social marcadamente desigual no país, criando obstáculos sociais que pesam no momento decisório de se dirigir às urnas. Além disso, aventa-se existir, nas abstenções, um resíduo de insatisfação com a política, levando o eleitor a não dar importância para a sua participação.

Em relação aos votos brancos/nulos, a tese de que esses votos são expressão de protesto deve ser relativizada, conforme Nicolau (2003, 2004), é o que sugere os dados agregados. Estes dados apontam o papel difuso da educação, ela tanto pode diminuir os votos não válidos, reafirmando a necessidade de relativizar a tese do protesto, porém, ela também aponta para uma possível contribuição no aumento destes, fazendo com que a teste do protesto não se invalide, fato esse que se reafirma na análise em nível individual.

Além disso, para a análise individual, é necessário utilizar ferramentas estatísticas mais sofisticadas como a regressão logística para o comparecimento e a regressão logística multinomial para os votos brancos, nulos e nominais. Outro fator importante diz respeito ao uso dos dados oficiais de abstenções, nem sempre eles retratam a dimensão do fenômeno nas eleições, já que há uma desatualização dos cadastros oficiais. Desta forma, as abstenções medidas a partir das pesquisas de opinião podem não estar tão distante assim como se pressupõem.

Acima de tudo, as análises apontam a complexidade como uma das características da alienação eleitoral, fazendo resgatar as contribuições de um clássico da sociologia, Max Weber, que afirmava que a realidade dos fenômenos é infinita e inesgotável, levando a assumir o pressuposto básico de que "o número e a natureza das causas que determinam qualquer acontecimento individual são sempre infinitos" (WEBER 1991, p. 94).

Referencias

Almond, G., & Verba, S. (1989 [1963]). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations.* . Princeton: Princeton University Press.

Aristóteles. (1998). *A Política (Tradução: Roberto Leal Ferreira).* São Paulo: Martins Fontes.

Avritzer, L. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, 43-64.

Avritzer, L., & Navarro, Z. (. (2003). *A inovação democrática no Brasil.* São Paulo: Cortez.

Baquero, M., & PRÁ, J. (2007). *Democracia brasileira e cultura política no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: UFRGS.

Booth, J., & SELISON, M. A. (1978). *Political participation in Latin America.* Holmes & Meyer Publishers.

Borba, J. (2008). As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. . *Revista Debates*, 134-157.

Carreirão, Y. d. (2002). *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras.* Florianópolis: EdUFSC.

Castro, M. M. (1994). *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política* . Tese de Doutorado.

Costa, H. d. (2007). *Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002).* Porto Alegre: Ed. UFRN.

Della Porta, D. (2003). *Introdução a Ciência Política.* Lisboa: Editorial Estampa.

Downs, A. (1999). *Uma Teoria Econômica da Democracia.* São Paulo: Edusp.

Easton, D. (1975). A re-assessment of the concept of political support. *Brtish Journal of Political Science.*

ESEB. (2002). *Estudo Eleitoral Brasileiro – 2002.* Sao Paulo.

Figueiredo, M. (2008). *A decisão do voto: democracia e racionalidade.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Gohn, M. d. (2008). *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.* São Paulo: Loyola.

Levin, J., & Fox, J. A. (2004). *Estatística para Ciências Humanas.* São Paulo: Pretice Hall.

Lima Júnior, O. B. (1993). *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80.* São Paulo: Loyola.

Lima Junior, O. B. (1990). A alienação eleitoral e seus determinantes . *Revista Brasileira de Ciências Sociais.*

Luchmann, L. H. (2002). Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas: desafios do desenho institucional. *Revista de Ciências Sociais Unisinos*, 43-79.

Luchmann, L. H., & Borba, J. (. (2007). *Orçamento Participativo: Análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina.* Florianópolis: Insular.

Maroco, J., & García-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do Alpha de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? . *Laboratorio de Psicología*, 65-90.

Mingoti, S. (2005). *Aparecida. Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Nicolau, J. .. (s.f.). *A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro.* VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.

Nicolau, J. (2003). A participação eleitoral no Brasil. En L. W. VIANA, *A democracia e os três poderes no Bras.* Belo Horizonte: Ed. UFMG.

PNUD. . (2011). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasi.*

Reis, A. C. (1991). A participação eleitoral e seus correlatos sócio-econômicos. En O. B. JÚNIOR, *Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática.* Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ.

Santos, W. G. (1987). *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira.* . Rio de Janeiro: Editora Vértice/IUPERJ.

Scherer-Warren, I. (1987). O caráter dos novos movimentos sociais. En Schererwarren, & P. (. Krischke, *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina.* São Paulo: Brasiliense.

Scherer-Warren, I. (1996). *Redes de movimentos sociais.* . São Paulo: Ed. Loyola.

Tatagiba, L. (2002). Os Conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. . En E. (. DAGNINO, *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.* (págs. 47-103). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Touraine, A. (1994). *Crítica da Modernidade.* . Petrópolis: Vozes.

Vitullo. (2002). Participación electoral, comportamiento político e desetruturación social em Argentina e Brasil. En L. Betina, *Crisis y conflictos em capitalismo latino-americano.* Buenos Aires: Lecturas Politicas-CLACSO.

Weber, M. (1991). A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. En G. (. Cohn, *Weber. 5.* São Paulo: Ed. São Paulo [Coleção GrandesCientistas Sociais, nº 13].